

## **Índios ou Caboclos? Redefinições identitárias na Vila de Guarany–CE no início do século XX**

Marcos Felipe Vicente<sup>1</sup>

### **Resumo**

Com a gradativa destruição dos espaços indígenas ao longo dos séculos de colonização e o silêncio produzido pelas autoridades e até mesmo pela historiografia nacional durante o século XIX, os índios ressurgem no cenário nacional no século XX. Isso pode ser percebido já nos primeiros anos do novo século. Nesse contexto, esse trabalho buscou analisar como esses indivíduos ressurgem nesse novo momento, especificamente analisando as disputas pelas posse das terras da vila de Guarany, no interior do Ceará nos primeiros anos do século XX. Analisou-se, assim, as redefinições identitárias que os Caboclos descendentes dos índios Paiacu do Ceará construíram ao longo do tempo, as relações que desenvolveram com a terra e a forma como usaram essas identidades para reivindicar as terras para si. Para tanto, analisou-se fontes institucionais, jornais e revistas, bem como se fez uso da História Oral.

**Palavras-chaves:** Identidade, Caboclo, Índio.

### **Abstract**

With the destruction of the indigenous spaces along the centuries of colonization and the silence produced by the authorities and even for the national historiography during the XIX century, the Indians appear in the national scenery in the XX century again. That can already be noticed in the first years of the new century. In that context, this work looked for to analyze as those individuals appear on that new moment, specifically analyzing the disputes for the ownership of the lands of the Guarany Villa, in the deep of Ceará in the first years of the XX century. It was analyzed, like this, the identity redefinitions that the descending of the Indians Paiacu of Ceará built along the time, the relationships that they developed with the earth and the form how they used those identities to demand the lands for itself. For so much, it was analyzed institutional sources, newspapers and magazines, as well as it was made use of the Oral History.

**Keywords:** Identity, Caboclo, Indian.

\*\*\*

*A vandálica e criminosa espoliação dos caboclos de Montemor foi um atentado que despertou em todo o Estado, e até fora delle, a mais viva indignação contra os seus autores e a maior commiseração em favor de suas pobres victimas. (Ainda a Espoliação dos Caboclos de Montemor, 1923. p.6)*

Com essas palavras os advogados Sebastião Moreira de Azevedo e Dolor Uchôa Barreira iniciam sua argumentação acerca do caso da disputa pelas terras da vila de Guarany, no Ceará, em Dezembro de 1922. Mas, quem são tais “caboclos de Montemor”? Por que tal

---

<sup>1</sup> Mestrando em História da Universidade Federal de Campina Grande sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juciene Ricarte Apolinário. E-mail: [marcosfv@universia.com.br](mailto:marcosfv@universia.com.br)

espoliação foi considerada “vandalica e criminosa”? Quem eram os sujeitos envolvidos e quais as suas motivações?

Sobre os incidentes na Vila de Guarany nas primeiras décadas do século XX, Antônio Bezerra de Menezes escreveu:

*Esta questão era um questão sem questão como diz o povo, pois o revd. Vigário de Aquiraz para haver os fóros das terras inventou que Nossa Senhora da Conceição era possuidora de um pseudo-patrimônio, e os caboclos, convictos de a terra lhes pertencia por posse imemorial, respondiam que donos de terras não pagam fóro das mesmas, e não pagaram. (1916, p. 280)*

A partir do trecho supracitado, outras questões são levantadas: quais os interesses do vigário nas terras da vila? E, afinal, quem eram esses caboclos para acharem ser possuidores das terras por posse imemorial?

Para entender tal conflito, é necessário saber que os Caboclos de Montemor<sup>2</sup> são descendentes dos índios Paiacu, que habitavam os sertões nordestinos, principalmente na faixa que vai da ribeira do Assu ao Jaguaribe, estendendo-se até as margens do rio Choró. Essa nação indígena mostrou-se um dos principais entraves à ocupação efetiva do Ceará pelos colonizadores europeus. Analisando as dinâmicas territoriais e culturais impostas pela colonização poder-se-á compreender o processo de redefinição identitária desse povo, culminando nas lutas pela garantia dos direitos de uso e posse das terras da vila de Guarany.

### **A resignificação do território Paiacu**

A questão da terra sempre foi relevante nos conflitos ocorridos no Brasil desde os tempos da colonização até os dias de hoje. Os primeiros embates pela posse de terras no Brasil se deram no período de povoamento do território. O sertão nordestino, particularmente o Ceará, teve sua ocupação territorial e econômica a partir do século XVII, com a difusão da pecuária em torno dos grandes rios da região.

Esse processo de ocupação e modificação do espaço, impulsionado pela pecuária, se deu paralelamente ao projeto de catequese encabeçado pela Companhia de Jesus que, dentro do movimento da Contra-Reforma da Igreja Católica, buscava ampliar o poder da igreja romana, conquistando novos fiéis. Esse projeto mudaria toda a organização social e territorial das nações indígenas.

Com o avanço do povoamento do sertão do Ceará surgiram embates, que foram se mostrando cada vez mais intensos, entre os colonos e as populações nativas. Claro exemplo

---

<sup>2</sup> A partir deste ponto, sempre que o termo Caboclo aparecer grafado com inicial maiúscula, refere-se especificamente aos Caboclos da vila de Guarany.

desse fato é a série de conflitos ocorridos na área situada entre os rios Jaguaribe, Assu e Choró, envolvendo indígenas das nações Paiacu, Janduim e Icó, entre outras.

Tornando-se “(...) um obstaculo serio ao facil commercio entre o Ceará e as Capitancias visinhas, e o que é mais grave, um estorvo constante ao povoamento da ribeira do Jaguaribe” (STUDART FILHO, 1931. p. 61), os Paiacu foram, desde meados do século XVII, combatidos pelas autoridades coloniais. Após três décadas de intensos combates, os Paiacu sujeitaram-se à autoridade dos missionários e propuseram aldeamento, o que se deu no ano de 1696, com o padre João da Costa.

Assim, pode-se dizer que o aldeamento dos Paiacu surgiu em caráter estratégico para ambos os lados. Se para o colonizador representava uma forma de controle sobre aquela nação e a possibilidade de hegemonia, para o índio, representava uma possibilidade de se proteger dos ataques do mesmo colonizador, por vezes tão violentos que despertavam reprovação nos próprios membros da administração colonial<sup>3</sup>. Estabeleceu-se, dessa forma, uma nova lógica nas relações entre colonizadores e nativos, inserindo-se estes em lugares que já não lhe eram próprios e tornando-se estranhos em seus próprios domínios.

Mas a inserção dos Paiacu nos aldeamentos de modo algum significou submissão incondicional ao colonizador. Na verdade, os índios passaram a construir novos espaços de socialização, espaços que, embora impostos pelo sistema colonial, se transformaram em um espaço particularmente seu.

Limitados a viver em um território demarcado, houve, como já foi mencionado, uma inversão de papéis: o índio, que era invadido, agora é reduzido à condição de invasor. Essa era uma condição imposta pelo avanço da pecuária no Ceará, que tomava grande parte das terras da província em pouquíssimo tempo, dado o caráter extensivo da produção. Dessa forma, os índios tornaram-se presas fáceis fora dos espaços dos aldeamentos. Existia uma espécie de “carta-branca” para a caça de índios não aldeados e os colonos fizeram bastante uso desse costume.

Logo, o índio passaria a identificar nos espaços dos aldeamentos um espaço que era seu, por desfrutar, em certa medida, de segurança dentro dele, “(...) onde os indígenas encontrariam o desejado refúgio e a proteção contra a violência dos brancos (...)” (STUDART FILHO, 1966. p. 113). No entanto, como colocou Albuquerque, esse processo “(...) só pode

---

<sup>3</sup> Observa-se na carta do Desembargador Cristóvão Soares Reimão ao Juiz Ordinário de Aquiraz, José de Lemos. Apud. STUDART FILHO (1966) p. 107. Onde se lê: (...) *a devassa não me parece conveniente nem eu sei se V. Mcê. tem no seu regimento que de comer uma rês seja causa de devassa, quanto mais que dos frutos feitos êsses tapuias fizeram para comer se pode ou não processar contra êles, por não estarem ainda aldeados, supõe-se que estão no centro que nasceram em que o sustento era comum ou daquele que primeiro o achavam enquanto não tiverem padre que lhes explique que cousa seja furto; (...).*

ser compreendido dentro da dinâmica do contexto em que foi produzido e das forças e interesses em jogo, naquele espaço e tempo específico” (2002. p. 115).

Para aqueles Paiacu, o aldeamento de Montemor, o velho, representaria uma nova possibilidade de vida. O confinamento ao espaço de um aldeamento criaria um novo ambiente de tensões. Um espaço, pouco a pouco ressignificado por aquele povo. Desenvolveriam ali sua subsistência e defenderiam, inclusive com suas vidas, o direito sobre ele. “Com o tempo, os índios passaram a defender os espaços dos aldeamentos como seus e, através das regras e legislação dos colonizadores, procuraram mantê-los e ampliá-los (...)” (Idem. *Ibidem*. P. 114). Dessa forma, operavam subvertendo as instituições típicas dos colonizadores em seu favor. Subterfúgios semelhantes seriam utilizados pelos Caboclos no início do século XX.

Novo abalo na vida dos povos indígenas se deu com a expulsão dos jesuítas do Brasil e a implantação do Diretório Pombalino que, dentre outras coisas, buscava a “integração” do índio na sociedade. Essa integração, no entanto, seria muito mais a negação de sua existência do que sua aceitação enquanto índio.

Os Paiacu tiveram seus espaços modificados mais uma vez a partir de 1762, quando “(...) foram os índios transferidos para a Vila Porto Alegre, no Rio Grande do Norte, juntamente com todos os seus pertences (...)” (GIRÃO, 1990. p. 20). Regressaram, porém, em 1767, “(...) quando foram mandados aldear na Vila de Monte-Mor – o Novo d’ América, atual Baturité (...)” (Idem. *Ibidem*. p. 21).

Tais transferências dos índios de Montemor, o velho, são sugestivas quanto à intenção de desvincular mais uma vez os índios de suas terras e correspondem à orientação da política Pombalina: “(...) Havia uma orientação para que se superasse o estado de ruína das povoações indígenas, através da redução das pequenas aldeias e aglomerados populosos ou a partir de novos descimentos” (SILVA, 2005. p. 81).

Assim, nota-se a estreita relação que as transferências de índios assumiu com o projeto de negação da presença indígena, não apenas no Ceará como em todo o Brasil. Como resultado, vinculava-se a idéia que não mais havia índios em Montemor, o velho. Já a partir do final do século XVIII, aproximadamente, é comum se encontrar referências aos indivíduos caboclos, que representavam o resultado da miscigenação provocada pela colonização.

Com a negação da presença indígena, diversos grupos despertaram interesses pelas terras do aldeamento de Montemor, o velho, que em 1890, passaria a se chamar Vila de Guarany. Dentre esses grupos, pode-se destacar a figura do Padre Eduardo Araripe que, como citado por Antônio Bezerra no início deste Artigo, argumentou que as terras pertenciam a Nossa Senhora da Conceição, padroeira do lugar. Outro grupo que merece destaque é a

família Nogueira, de respeitada posição na região e que também se envolvera em querelas contra os Caboclos (Cf: VICENTE. 2008). Convém, nesse momento, discutir como esses Caboclos redefiniram suas identidades considerando os eventos narrados até aqui.

### **A redefinição do ser Caboclo**

Com o passar de séculos de colonização, aos moldes da que fora implantada no Brasil, seria muito difícil, quicá impossível, que não tivesse havido uma mistura cultural e fenotípica na população local. Esses novos indivíduos, assim como os *criollos* das colônias espanholas, não gozavam do *status* de portugueses, nem seriam, no entanto, “rebaixados” à categoria de escravos, não se justificando a eles a escravização ou a “guerra justa”. Prado Júnior comenta sobre o surgimento desse grupo:

*(...) Muitos deles [os índios] foram-se por isso fixando em torno dos núcleos coloniais e adotando uma vida sedentária. Mestiçando-se depois aos poucos, e adotando os hábitos e costumes europeus, embora de mistura com suas tradições próprias, constituirão o que mais tarde se chamou de “caboclos”, e formarão o embrião de uma classe média entre os grandes proprietários e os escravos. (1977. p. 42)*

O problema dessa classificação, como a coloca Prado Júnior, é que ela se estabelece sobre critérios fenotípicos, ou seja, a partir de uma mistura de características físicas e genéticas, não se levando em conta o aspecto subjetivo da auto-identificação. Assim, o surgimento do indivíduo caboclo se daria *a priori* da consciência de sua própria existência. Essa categorização, imposta pelas classes mais favorecidas da população fez com que o termo se estabelecesse de forma negativa sobre os indivíduos miscigenados, principalmente porque era utilizada como negação da presença indígena nas terras brasileiras. Segundo Silva, “(...) a partir da segunda metade do século [XIX], os índios passavam a ser referidos como “índios misturados”, agregando-se-lhes atributos negativos, desqualificando-os em oposição aos “índios puros” do passado (...) (2005. p. 56).

Durante muito tempo, a Antropologia buscou destacar elementos que fossem capazes de caracterizar grupos étnicos objetivamente, de forma quantitativa e exata. Durante o século XIX, a idéia de identidade étnica esteve, quase sempre, ligada à idéia de raça, e esta gozava de vital importância para as sociedades. Isso se explicita na visão de Vacher de Lapouge. “(...) Para este defensor inflamado da ‘escola selecionista’, a raça, definida como o conjunto dos indivíduos que possuem em comum um determinado tipo hereditário, é o fator fundamental da história (...)” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998. p. 33). A busca na objetividade desses critérios esbarrou sempre na complexidade das relações estabelecidas por diferentes

povos. Por esse motivo, Weber introduziu um novo critério para a identificação e classificação dos grupos étnicos, que seria a idéia de pertencimento e auto-identificação, dotando esses grupos de um caráter iminente político.

Assim, os grupos étnicos se constituem, tais quais as nações, enquanto comunidades imaginadas, dotadas de um sentimento de identificação e pertencimento que descarta a necessidade de uma origem racial comum, ou, como o próprio Weber diz, de uma comunidade de sangue pré-existente. Para ele, grupos étnicos são:

*Esses grupos que alimentam uma crença subjetiva em uma comunidade de origem fundada nas semelhanças de aparências externas ou dos costumes, ou os dois, ou nas lembranças da colonização ou da migração, de modo que esta crença torna-se importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente. (WEBER, 1921. APUD POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998. p. 37)*

Essas comunidades definem seus limites e suas fronteiras a partir dos pontos de contato umas com as outras. Muitas vezes, não se percebem a existência de tais grupos, a não ser quando seus interesses entram em conflito, pois:

*... os sinais diacríticos, via de regra, não podem ser aplicados, tornando-se difícil encontrar costumes particularizantes, uma vez que estes se inter cruzam com as manifestações culturais típicas da população rural. Na medida em que realizam trocas culturais, não podem ser facilmente distinguidos em termos de traços culturais, da população rural descendentes de índios, negros e brancos de condição social inferior. (SILVA, 2005. p. 68)*

Em relação ao caboclo, embora o termo fosse, inicialmente, tido como pejorativo, na vila de Guarany, surge como forma de denominar uma nova classe de habitantes daquelas terras. Em alguns momentos rejeitada ou indesejada, no início do século XX, essa alcunha passou a ser incorporada e transformada como identificadora do grupo social descendente dos índios Paiacu que habitavam as terras da antiga povoação indígena, nesse momento já denominada Vila.

Para se ter noção do quanto se difundira o termo Caboclo, na Liquidação de Sentença do Superior Tribunal de Justiça do Ceará (1923), encontram-se nos testemunhos sempre expressões como: “(...) durante todo o tempo da questão os Caboclos viviam privados pelos liquidantes de usufruir da légua de terra (...)” (p. 14); ou ainda: “(...) que os Caboclos, após o começo da questão, foram victimas de prisão, tiroteio, mandados effectuar pelos actuaes liquidados (...)” (p. 16).

Fora uma forma encontrada de legitimar uma identidade que havia sido negada durante o século anterior, descaracterizando-os enquanto índios. Diante de uma realidade de conflitos, novas identidades surgiam e delimitavam espaços. Poutignat e Streiff-Fenart, ao

analisar a formação das identidades nacionais, adotam uma idéia que se aplica a outras formas de identidades, como as de tipo étnico: “(...) A memória fundadora da unidade nacional é, ao mesmo tempo e necessariamente, esquecimento das condições de produção desta unidade: a violência e o arbitrário originais e a multiplicidade das origens étnicas” (1998, p. 36).

Parte-se aqui da concepção de identidade como uma construção e não como elemento inato. Kathryn Woodward afirma que é “(...) importante reconhecer que a luta e a contestação estão centradas na construção cultural de identidades, tratando-se de um fenômeno que está ocorrendo em uma variedade de diferentes contextos” (2000, p. 25). Partilhando dessa visão, observa-se que:

*(...) Não existem, grupos racialmente puros, mas populações que esqueceram o fato de serem originárias de uma fusão, e, como vimos, tal esquecimento é essencial para fundar o sentimento de pertença comum. (...) A nação enquanto entidade política constrói-se, então, não a partir do grupo racial ou étnico, mas freqüentemente contra ele: é porque não podem mais dizer que são burgondes, alains, taifales ou visigodos que os habitantes da França podem ser cidadão franceses. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998. p. 36)*

É nesse sentido que se analisou a formação de um grupo de indivíduos na vila de Guarany, uma vez possuidores de um passado histórico comum entre si e com a terra. Assim, é pela impossibilidade de se dizer índio que assumem a figura de Caboclos. Embora não se possa atestar a existência de uma uniformidade fenotípica entre eles, é sob as bases lançadas por Weber que se afirmou sua existência. Dessa forma, quando os Caboclos, mais uma vez, vêem seus territórios ameaçados formularam-se novos grupos e novos mecanismos de resistência. Parafraseando Jurandyr Leite (1993), Silva afirma:

*(...) A terra indígena e o direito do índio preexistem à sua demarcação e ao seu reconhecimento. No entanto elas não são objetos naturais acabados, mas sim objetos políticos, construídos. Portanto, as terras indígenas atuais não são tradução do território original, mas resultam de processos sociais, que na maioria das vezes expressam disputas em diversos campos (...). (SILVA, 2005. p. 69)*

Mais uma vez, é importante perceber que o estabelecimento dessa identidade étnica tem um caráter fortemente político e se manifesta diante dos conflitos aos quais o grupo foi submetido. Trata-se de uma construção sociopolítica, não apenas das identidades, mas dos próprios territórios em disputa, os quais interferem, em muitos casos, diretamente na formação daquelas. A situação se dá, então, da seguinte forma: ao passo em que a luta pela terra faz com que os indivíduos se organizem enquanto grupo, este interfere nos limites da terra segundo seus próprios critérios e interesses.

Embora comumente se associe identidade étnica com cultura, pesquisadores pós-weberianos apontam que o elemento político se sobrepõe aos elementos culturais, uma vez

que, em muitos casos, quando nos referimos aos índios brasileiros da atualidade, os aspectos culturais de tais indivíduos se confundem com os do restante da população.

Dessa forma,

*(...) o seu caráter político se explicita na medida em que aí se revelam formas de organização novas e adaptadas à situação do presente, em que compartilham uma mesma identidade porque têm interesses econômicos e políticos comuns. (Idem. Ibidem. p. 31.)*

Trata-se aqui, menos de perceber se os Caboclos de Guarany são ou não os índios Paiacu do que de analisar como esse grupo se colocou diante das autoridades do Estado e da população, como construíram uma ligação, não apenas entre si, mas também com as terras da vila. Conforme sugerido por Silva, “(...) deveríamos buscar enxergar nos grupos étnicos não apenas a forma como estão constituídos no presente, mas a experiência vivida ao longo do tempo” (2005. p. 36).

Considerando que as já citadas transferências dos Paiacu para outras freguesias provocaram, em certo grau, uma diluição desse povo entre a população do Estado, a permanência de alguns desses indivíduos naquelas terras criou laços entre eles, fazendo-os se identificar, no momento da adversidade, enquanto grupo, portadores de características e interesses em comum, de um passado histórico comum. Aliás, “(...) o que diferencia, em última instância, a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado (...)” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998. p. 13).

É fato que em raríssimas ocasiões a documentação pesquisada se refere aos Caboclos como índios. Na maioria dos casos, quando há algum tipo de associação como essa, ela os apresenta como descendentes ou sucessores dos índios e não mais como índios. Ou ainda, como em registros de terras da década de 1940, os ditos Caboclos são apresentados como “Sucessores dos Descendentes dos Índios Paiacus”.

Os efeitos do pensamento difundido desde o século XVIII se observam nos dias atuais como uma busca pela “reindigenização” de seus descendentes, pois:

*(...) o processo de estigmatização pelo qual esses indígenas vêm passando desde o século 18, com as políticas de reorganização espacial e miscigenação, não pode ser desprezado, especialmente quando consideramos hoje identidades que tentam se firmar em meio ao difuso e ao genérico, quando buscam passar de “caboclo” a “índio”. (SILVA, 2005. p.p. 41-42)*

No entanto, a luta dos Caboclos de Guarany não se deu por um reconhecimento enquanto índio e sim pelo reconhecimento de seu direito pelo uso e posse das terras da vila. O testemunho de Vital Esmero esboça essa visão. Sendo um dos descendentes dos envolvidos na querela, não se vê como índio, mas afirma: “Depois Padre Eduardo quando chegou aqui (...),



uns diziam que a terra era dos Caboclos, outros diziam que a terra era de N. Senhora. (...) E nessa questão passou mais de vinte anos (...)” (Vital Esmero de Moraes, 2005). Nota-se que não há o apelo à figura do índio em sua fala quando se refere à querela com o vigário, mas sugere o Caboclo como detentor dos direitos sobre a terra. O mesmo ocorre com as palavras de Luís Andreilino, referindo-se ao conflito com a família Nogueira:

*Quando eles começaram esse... essa questão, antes veio Caboclo. E os adversários se chamavam Nogueira. Aí, quando estes começaram a persegui-los, os Caboclos – eles é quem tinham a légua de terra. Ou que fosse a légua ou que fosse um pedaço (...). (Luís Andreilino da Silva, 2005)*

Mais uma vez, se nota a referência ao Caboclo como habitante original das terras. Além disso,

*Importa enfatizar que a territorialidade não se reduz a uma ligação “afetiva” com a terra ou a manutenção do espaço físico, pura e simplesmente, mas é essencialmente um vínculo com específicos mecanismos de produção e reprodução social. (SILVA, 2005. p. 43)*

Outro elemento que leva a pensar a incorporação da identidade Cabocla como algo consciente e intencional se observa na fala de Antônio Esmero de Moraes:

*Aí, ficou a questão, acabou-se. Depois começou a questão novamente dos Nogueira com os caboclos. (...) Aí, ficou rodando, rodando, rodando. E os caboclos foram se acabando. E quando ficou só dois Caboclos, Queiroz morreu, aí, fez uma reunião pra ser novos caboclos, com o dr. Raul. (Antônio Esmero de Moraes, 2008)*

Assim, buscou-se demonstrar a emergência, no início do século XX, de conflitos pautados na questão da terra e das identidades, o que viria a ser uma constante no Brasil ao longo de todo o século. No entanto, buscaram-se as especificidades do caso da vila de Guarany, onde as identidades se apresentaram de forma diferente, fruto das transformações territoriais e culturais que sofreram desde os primórdios da colonização. A partir de desse processo conseguiram os Caboclos a posse das terras da vila.

## **Bibliografia**

- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. **Seara Indígena:** deslocamentos e dimensões identitárias. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2002.
- CORDEIRO, José. **Os índios no Siará,** massacre e resistência. Fortaleza, Ed., 1989.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. **Pacajus:** de aldeia a cidade. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1990.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MENEZES, Antônio Bezerra de. “Os Caboclos de Montemor”. *In*: **Revista do Instituto do Ceará**. Tomo XXX, Fortaleza, 1916. p.p. 279-302.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos Éticos e Suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 20ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande: Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

STUDART FILHO, Carlos. **Notas Históricas sobre os Indígenas Cearenses**. Revista do Instituto do Ceará, Tomo 45, Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1931.

\_\_\_\_\_. **Páginas de História e Pré-História**. Fortaleza: Ed. do Instituto do Ceará, 1966.

VICENTE, Marcos Felipe. **Os Caboclos da Vila de Guarany: História e Memória das disputas pela terra (1908-1922)**. Monografia de Graduação. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2008.